

CONTRATO CEDAE N.º 066 /2018 (DM)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
e a **EMIÇÃO S.A.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** - sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato por seus representantes ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Distribuição e Comercialização Metropolitana, Sr. MARCELLO BARCELLOS MOTTA, doravante designada **CEDAE**, e a **EMIÇÃO S/A** com sede em na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, nº 126, salas 429 a 434, Bairro de Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.765-971, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.110.879/0001-60, neste ato por meio de seus Diretores, Sr. MARCO ANTONIO BARREIROS CALVINHO, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade nº 086.669.96-7 (IFP-RJ), inscrito no CPF sob nº 601.455.606-0 e Sr. LIBARDO ANDRÉS ORTIZ CARRILLO, colombiano, casado, engenheiro, portador do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº AQ 525211, inscrito no CPF sob nº 706.171.111-62, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-17/100.429/2015** relativo à Licitação **CN nº 002/2016 - ASL-1.1** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Contrato é a execução de "**SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO A MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS NA ÁREA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) LOTES - LOTE I**".

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

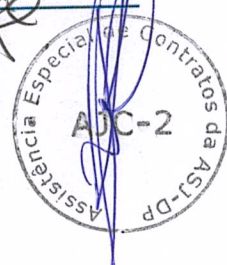
- 2.1. Prazo de execução dos serviços para cada lote é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos a partir do dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, conforme preceitua o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

- 2.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.

- 2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados, em conformidade com o



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.

2.4. A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CEDAE

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a** – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
- b** – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- c** – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- d** – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a** - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b** - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c** - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d** - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e** - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f** - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g** - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h** - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i** - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de

inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;

j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;

l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;

m - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;

n - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;

o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.

p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

q - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.

r - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.

s - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.

s.1 - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.

t - A contratada deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas "a", "b", "c" e "d", do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

u - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.

v - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

- x** - Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
- y** - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.
- z** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
 - II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
 - III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
 - IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

5.3. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "z", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

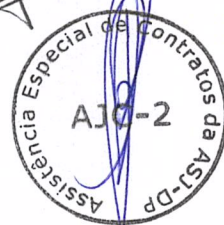
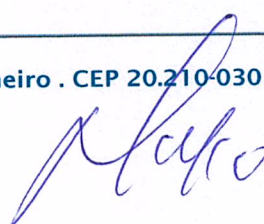
Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903918
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110325
C. Custos: DM00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000575;

6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor total de **R\$ 24.836.424,37 (vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo, detalhadas às fls. 10.211 a 10.222 do processo E-17/100.429/2015 (volume 035).

LOTE I GCEN/GRLS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E INSUMOS	1.202.055,02
02	CANTEIROS DE OBRAS	86.276,88
03	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	56.140,36
04	FORNECIMENTO	6.647.180,66
05	ESCAVAÇÃO	1.121.439,08
06	LIMPEZA DE TERRENO	1.708,10
07	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ÁGUA	1.012.072,55
08	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUA	7.983.627,07
09	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE REDES DE ESGOTO	3.347.568,14
10	LIGAÇÕES DE ÁGUA	334.881,80
11	LIGAÇÕES DE ESGOTO	73.806,16
12	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	2.969.668,54
TOTAL		24.836.424,37

*planilha detalhada com preços unitários às fls. 10.211/10.222 do processo E-17/100.429/2015 (volume 035)

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

7.3. A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

7.3.1 Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços.

7.3.2. Em caso de acréscimo ou supressão de valores do total do contrato, o item Administração Local será recalculado mantendo a mesma relação percentual entre o valor do referido item e o valor total do contrato.

7.4. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

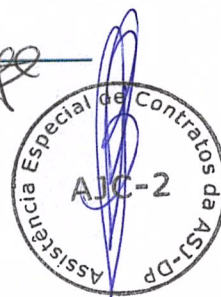
7.4.1. Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



[Handwritten signature]



CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o índice relativo à família de cada item da Planilha Orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:
- valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do Índice relativo a família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP", tendo como data base a data da apresentação da proposta, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento

P₀ = Preço unitário contratual

Q = Quantidade medida no mês

I = Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajustamento

I₀ = Índice da família EMOP correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

8.1.1. - As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

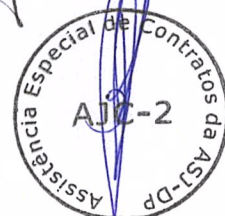
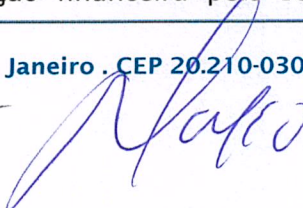
CLÁUSULA NONA – MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

9.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

9.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.

9.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.

9.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

9.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

9.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.

9.5.2. Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.

9.5.2.1. Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.

9.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

9.6.1. No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.

9.6.2. No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 9.6.1.

9.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

9.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

9.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

9.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.

9.11. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

9.11.1. Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9.032/95 de 28/04/95.

9.12. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.

9.13. A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.

9.14. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS

10.1. Como garantia do Contrato e da boa execução dos serviços objeto desta Contrato e para cobertura de eventuais débitos, será depositada na Tesouraria da CEDAE, pela **CONTRATADA**, antes da assinatura do contrato, o valor de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato a ser firmado em reais, em uma das seguintes modalidades, conforme preceitua o art.56 da Lei 8.666/93:

- I- Caução em dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;
- II- Seguro-Garantia;
- III-Garantia Bancária, segundo modelo da CEDAE

10.2. Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 5% (cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

10.3. A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula será de no mínimo 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência do contrato e ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra pela Fiscalização da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

11.1. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

11.2. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

11.3. A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

11.4. A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

11.5. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos subitens 11.3 e 11.4 ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo.

para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

- 11.6.** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.
- 11.7.** No caso do subitem 11.6., será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.
- 11.8.** As obras ou serviços objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica das Engenheiras Civis: Sra. ALEXANDRA HELENA DE SOUZA RANA, CREA-RJ nº 144.134/D e Sra. LÚCIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTNO ALVES, CREA-RJ nº 1997104078, que ficam autorizadas a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.
- 11.9.** A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 11.10.** O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 9.10 da Cláusula Nona deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1.** A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE. (Ordem de Início)
- 12.2.** A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.
- 12.3.** A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da CEDAE. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 12.4.** As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

- 12.5.** A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.
- 12.6.** Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da CEDAE na execução dos serviços.
- 12.7.** Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.8.** Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da CEDAE-DPO-1, abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.8.1.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à **CEDAE**.
- 12.8.2.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.
- 12.8.3.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.
- 12.8.4.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.
- 12.8.5.** Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.
- 12.9.** Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.
- 12.10.** A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 12.11.** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.11.1.** Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da

paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.

12.12. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.

12.12.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

12.13. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

12.14. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

12.15. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

12.16. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

12.17. A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da CEDAE.

12.18. A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.

12.18.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

12.19. A aceitação definitiva da obra será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, após 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais

irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

12.19.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

13.1. Só será admitida subcontratação nos serviços contratados, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**, tendo como limite estabelecido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada LOTE e desde que não contemple atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.

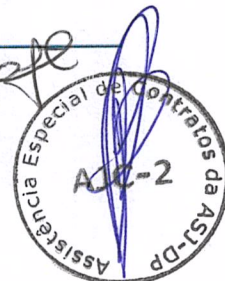
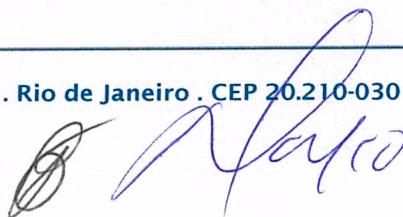
13.1.1. Os serviços e equipamentos que poderão ser subcontratados são os listados abaixo, obedecendo ao limite supracitado.

- (i) Serviço de reposição;
- (ii) Serviço de locação de veículos;
- (iii) Serviço de monitoramento dos veículos;
- (iv) Serviço de vídeo inspeção;
- (v) Equipamentos

13.1.2. É vedada a cessão ou sub-rogação do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

14.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

14.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

14.3.1. A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.2. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 14.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.3. A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 14.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

14.4. A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 14.1, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
 - b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
 - c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
 - d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- a) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

14.5. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea c, do item 14.1, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

14.6. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

14.6.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

14.7. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

14.8. Se o valor das multas previstas na alínea "b", do subitem 14.1, e no subitem 14.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

14.8.1. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.9. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

14.9.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.9.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

14.9.2.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

14.10. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.11. Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do item 23.1, ficarão impedidos de contratar Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

- 15.1.** O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.
- 15.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.
- 15.3.** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.
- 15.4.** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:
- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
 - b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
 - c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 16.1.** Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2.** Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.
- 16.3.** A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

- 17.1.** Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.
- 17.2.** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ENCARGOS



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



18.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- FACULDADE DE USO

20.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

21.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

21.2. Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

22.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

22.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

23.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

23.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

23.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

23.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, prevalecerá o estabelecido no contrato.

23.6. Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o Acordo de Nível de Serviço - ANS, o edital da licitação por Concorrência Nacional - CN nº 002/2016 - ASL-DP (Processo E-17/100.429/2015) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

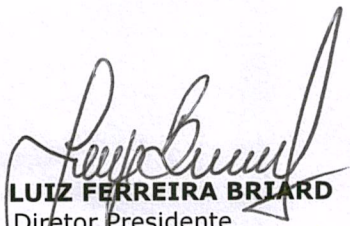
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO


25.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

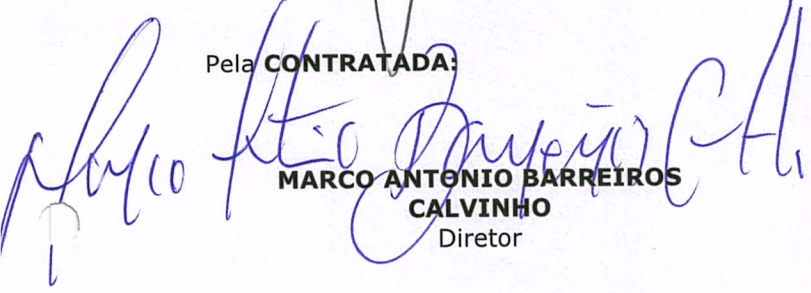
Rio de Janeiro, 18 de maio de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente

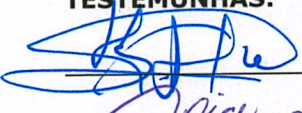

MARCELLO BARCELLOS MOTTA
Diretor de Distribuição e Comercialização
Metropolitana

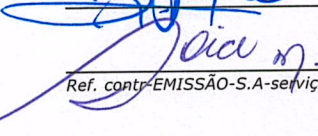
Pela **CONTRATADA**:


**MARCO ANTONIO BARREIROS
CALVINHO**
Diretor


LIBARDO ANDRÉS ORTIZ CARRILLO
Diretor

TESTEMUNHAS:

 CPF 855.566.887-53

 CPF: 052.830.617-01

Ref. contr-EMISSÃO-S.A-serviço-apoio-manutenção-operação-abastecimento-Lote-I-CN-002-16-VB

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS
ANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº _____/_____

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA** será feita por meio de desconto sobre o valor do serviço.

1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a **CONTRATADA** das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

1.4. A **CONTRATANTE** poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual, por escrito, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a **CONTRATADA**.

2 - DOS PROCEDIMENTOS

2.1. O Fiscal do Contrato designado pela **CONTRATANTE** acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela **CONTRATADA**.

2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a **CONTRATADA** para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos em um prazo de 3 (três) dias úteis.

2.3. A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser enviada pela **CONTRATANTE** por correio eletrônico.

2.4. A notificação será enviada ao preposto da **CONTRATADA**, sendo que irá se presumir o recebimento pelo e-mail informado à Comissão de Fiscalização.

2.5. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela **CEDAE**, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.

2.6. Uma semana antes da apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à **CONTRATADA** o resultado da avaliação mensal do serviço.

2.7. A **CONTRATADA**, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela **CONTRATANTE** os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

2.8. O Fiscal do Contrato, ao receber da **CONTRATADA** as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

2.9. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

2.10. Em caso de não acolhimento das razões da **CONTRATADA**, apresentada à Comissão de Fiscalização na forma dos itens 2.2 e 2.5, o desconto na fatura será realizado.

3 - DA QUALIDADE DO SERVIÇO

3.1 A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, na execução dos serviços para **CONTRATANTE** utilizar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam os melhores níveis de segurança, qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços, bem como manter recursos humanos adequadamente habilitados.

3.2 A **CONTRATADA** deverá obedecer na execução dos serviços, os prazos estipulados, bem como atingir metas de qualidade e segurança constantes neste ANS e no Termo de Referência, enquanto a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) não dispor de outros prazos e metas em normativa própria.

3.3 Os parâmetros de qualidade do serviço de saneamento básico que deverão ser seguidos pela **CONTRATADA** serão os mesmos que a Cedae tem que cumprir, a partir de critérios estabelecidos pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), conforme consta no artigo 14 do Decreto Estadual nº 45.344.

3.5 A Contratada deverá seguir os parâmetros técnicos constantes nas normas técnicas vigentes, as quais estão abaixo listadas:

3 - Normas Técnicas vigentes

3.1 - ÁGUA (ABNT/NBR)

ABNT NBR 15561:2016	Sistemas para distribuição e adução de água e transporte de esgoto sanitário sob pressão - Requisitos para tubos de polietileno PE 80 e PE 100
ABNT NBR 15802:2010	Sistemas enterrados para distribuição e adução de água e transporte de esgotos sob pressão — Requisitos para projetos em tubulação de polietileno PE 80 e PE 100 de diâmetro externo nominal entre 63 mm e 1600 mm
ABNT NBR 15803:2010	Sistemas enterrados para distribuição e adução de água e transporte de esgoto sob pressão – Requisitos para conexões de compressão para junta mecânica, tê de serviço e tê de ligação para tubulação de polietileno de diâmetro externo nominal entre 20 mm e 160 mm
ABNT NBR 15593:2008	Sistemas para distribuição e adução de água e transporte de esgoto sanitário sob pressão - Requisitos para Conexões Soldáveis de Polietileno PE 80 e PE 100
ABNT NBR	Conexão de polipropileno - Verificação da estabilidade térmica

9799:1987	
ABNT NBR 15880:2010	Conexões de ferro fundido dúctil para tubos de PVC 6,3 e polietileno PE - Requisitos
ABNT NBR 15950:2011	Sistemas para distribuição e adução de água e transporte de esgotos sob pressão — Requisitos para instalação de tubulação de polietileno PE 80 e PE 100
ABNT NBR 15979:2011	Sistemas para distribuição e adução de água e transporte de esgotos sob pressão — Requisitos para reparo de tubulação de polietileno PE 80 e PE 100
ABNT NBR 15952:2011	Sistemas para redes de distribuição e adução de água e transporte de esgotos sob pressão — Verificação da estanqueidade hidrostática em tubulações de polietileno
ABNT NBR 15939-1:2011	Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Polietileno reticulado (PE-X) - Parte 1: Requisitos e métodos de ensaio
ABNT NBR 15939-2:2011	Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Polietileno reticulado (PE-X) -Parte 2: Procedimentos para projeto
ABNT NBR 15939-3:2011	Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria — Polietileno reticulado (PE-X) - Parte 3: Procedimentos para instalação
ABNT NBR 15813-1:2010	Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria - Parte 1: Tubos de polipropileno copolímero random (PP-R) tipo 3 - Requisitos
ABNT NBR 15813-2:2010	Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria - Parte 2: Conexões de polipropileno copolímero random (PP-R) tipo 3 – Requisitos
ABNT NBR 15813-3:2010	Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria - Parte 3: Tubos e conexões de polipropileno copolímero random (PP-R) tipo 3 - Montagem, instalação, armazenamento e manuseio
3.3 - ESGOTO (ABNT NBR)	
ABNT NBR 15552:2008	Sistemas coletores de esgoto - Conexões para tubos corrugados de dupla parede de polietileno – Requisitos
ABNT NBR ISO	Sistemas de tubulações plásticas para drenagem e esgoto subterrâneos

21138:2016	<p>não pressurizados - Sistemas de tubos com paredes estruturadas de policloreto de vinila não plastificado (PVC-U), polipropileno (PP) e polietileno (PE)</p> <p>Parte 1: Especificações de materiais e critérios de desempenho para tubos, conexões e sistemas.</p> <p>Parte 2: Tubos e conexões com a superfície externa lisa, Tipo A</p> <p>Parte 3: Tubos e conexões com a superfície externa não lisa, Tipo B,</p>
------------	---

3.6 A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços, dentro dos prazos máximos, listados a seguir, iniciados a partir do aviso dado pela **CEDAE** ou da obtenção das licenças junto ao Município, no caso de serviços programados:

1 - Administração local e Insumos	-
2 - Canteiro de obras;	-
3 - Sinalização e Segurança;	-
4 - Fornecimento;	-
5 - Escavação	O mesmo prazo para o serviço, o qual será realizado.
6 - Limpeza de terreno	48 horas após o recebimento da Ordem de Serviço.
7 - Substituição de redes de Água	Deverá ser iniciada a substituição, após a obtenção da licença junto ao Município, devendo dar entrada na licença em até 15 dias, após o recebimento da Solicitação de Obras.
8 - Serviços de Manutenção de redes de água	-
8.1- Serviços com equipe de 1- Água	Consta na especificação Técnica.
8.2- Serviços com Equipe de 2 com corte de pavimento- Água	Consta na especificação Técnica.
8.3- Serviços com Equipe de 2 sem corte de pavimento- Água	Consta na especificação Técnica.
8.4- Serviços com Equipe de 3 com corte de pavimento- Água	Consta na especificação Técnica.
8.5- Serviços com Equipe de 3 sem	Consta na especificação Técnica.

	corte de pavimento- Água	
	9 - Serviços de manutenção de redes de esgoto	-
	9.1- Serviços com Equipe de 2 para desobstrução manual-Esgoto	Consta na especificação Técnica.
	9.2- Serviços com Equipe de 1 para desobstrução mecânica-Esgoto	Consta na especificação Técnica.
	9.3- Serviços com Equipe de 3 para abertura de vala com corte de pavimento-Esgoto	Consta na especificação Técnica.
	9.4- Serviços com Equipe de 3 para abertura de vala sem corte de pavimento-Esgoto	Consta na especificação Técnica.
	9.5- Serviços com Equipe de 4 para abertura de vala com corte de pavimento-Esgoto	Consta na especificação Técnica.
	9.6- Serviços com Equipe de 4 para abertura de vala sem corte de pavimento-Esgoto	Consta na especificação Técnica.
	10 - Ligações de Água	Prazo de 48 horas para execução.
	11 - Ligações de Esgoto	Prazo de 48 horas para execução.
	12 - Serviços Complementares	-
	12.1- Serviços de Vídeo Inspeção	Deverá iniciar em 48 horas, após a permissão do Município.
	12.2- Serviços de monitoramento de veículos	Permanente durante a execução do contrato.
	12.3- Serviços com equipe de 1 para vistoria	Consta na especificação Técnica.
	12.4- Serviços com equipe de 1 para análise de vistoria	Consta na especificação Técnica.
	12.5- Serviços de localização de dispositivos hidráulicos	Consta na especificação Técnica.
	12.6- Serviços de detecção e correção de vazamentos não visíveis	Consta na especificação Técnica.

3.7 Os serviços passados no período noturno deverá ser executado dentro do próprio horário noturno, não havendo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para sua execução.

3.8 Os Códigos de Serviços de Manutenção constantes abaixo irão servir como parâmetro para identificar a natureza do serviço executado e o pagamento irá ocorrer de acordo com o serviço efetivamente executado, com base no seu Tempo Padrão.

3.9 Cada serviço a ser executado, deverá ser feito dentro Tempo Padrão, conforme lista abaixo, sob pena de dedução.

Código	TIPOS DE SERVIÇOS	TEMPO PADRÃO DO SERVIÇO (Minutos)
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 1 - ÁGUA		-
101	Reaperto na junta do cavalete	20
102	Vazamento no cavalete	30
103	Padronização de Cavalete	60
104	Conserto de vazamento no ramal sem escavação	50
105	Desmontagem de cavalete com verificação de entupimento	60
106	Subst. registro de fecho em mau estado	40
108	Desmontagem de hidrômetro para verificação de entupimento	30
201	Conserto de vazamento no ramal sem escavação	20
107	Instalação hidrômetro até 1 1/2"	20
131		20
132		20
133		20
134		20
135		20
136		20
137		20
120	Padronização cavalete c/ instalação hidrômetro	60
121		60
122		60
123		60

SERVIÇOS COM EQUIPE DE 2, COM CORTE DE PAVIMENTO - ÁGUA		-
126	Vazamento de água no passeio	30
203	Conserto de vazamento no ramal pas/cimentado até 1 1/2"	60
220	Desobstrução de ligação pas/cimentado até 1 1/2"	60
221	Desobstrução de ligação pas/ com pav até 1 1/2"	90
224	Substituição de ramal passeio cimentado até 1 1/2"	110
301	Conserto de rede PVC 2" no pas/ cimentado	90
306	Conserto em distribuidor de FºFº até 100 mm no passeio cimentado	120
506	Corte no ramal c/ escavação no pas/cimentado 1 1/2"	40
507	Religação de ramal com escavação no pas até 1 1/2"	30
509	Religação no ramal c/ escav p/ corte na rua até 1 1/2"	10
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 2, SEM CORTE DE PAVIMENTO - ÁGUA		-
114	Instalação de hidrômetro acima de 2"	45
138		45
139		45
140		45
141		45
142		45
143		45
144		45
124	Padronização de Cavalete	60
125		60
127	Vazamento de registro	30
204	Vazamento de água na rua /passeio sem pavimento até 1 1/2"	50
205		50
206	Conserto de vaz. No ramal rua/paralelo até 1 1/2"	30

209	Conserto ramal danificado na rua sem pav. Até 1 1/2"	90
210	Conserto ramal danificado na rua/pav. Paralelo até 1 1/2"	120

222	Desobst. de ligação rua/pas s/ pav.	50
223	até 1 1/2"	50
225	Substituição de ramal passeio s/pav.	90
302	até 1 1/2"	75
303	Conserto de rede PVC 2" no passeio sem pavimento	75
304	Conserto de rede de PVC 2" na rua/sem pav.	75
305	Conserto de rede de PVC 2" na rua/paralelo	75
307	Conserto em distribuidor de FºFº até 100 mm no passeio sem pav	90
319	Conserto em dist. de Ferro fundido rua sem pavimento	150
508	Subst/aperto gaxeta de reg manobra até 100 mm pas/rua	50
	Corte no ramal c/ escav na rua s/ pav até 1 1/2"	30
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 3, COM CORTE DE PAVIMENTO - ÁGUA		-
110	Vazamento de água na rua	90
234	Conserto vazamento no ramal rua c/ pavimento todos os diâmetros	60
236	Desloc.ligação água p/ distrib rua com pav - todos os diâmetros	150
244	Transf. ramal predial até 2" p/ outro distrib. pav/asfalto	20
246	Transf. ramal predial até 2" p/ outro distrib. pav/cimento	20
248	Conserto vazamento ramal rua/asfalto até 1 1/2"	30
251	Deslocamento do ramal p/ nova caixa de proteção todos diâmetros	150
309	Conserto de rede FºFº até 300 mm no passeio cimentado	170
310	Conserto de rede FºFº até 300 mm no passeio c/ pavimento	150
312	Conserto de rede PV até 300 mm na rua c/ pav.	180
317	Substituição parte distr. mau estado passeio c/ pavimento trecho de 3 metros	210
318	Subst parte distr em mau estado rua c/ pav trecho de 3 metros	240
323	Colocação de registro manobra até 300 mm c/ pav.	120
325	Retirada de registro manobra até 300 mm c/ pav.	180

327	Substituição de registro de manobra até 300 mm com pavimento	300
402	Retirada de hidrante	190
409	Melhoria de operação (interl reg de separação etc) pas c/ pav.	240
411	Melhoria de operação (interl reg de separação etc) rua c/ pav.	300
413	Sondagem pas/cimento até 0,5 m³	42
415	Sondagem pav asfalto c/base paralelo trecho de 0,5m³	75
416	Sondagem pav asfalto c/base concreto trecho de 0,5m³	90
417	Desobstrução distribuidor diâmetro de 75 a 300 mm rua com pavimento	300
418	Desobstrução distribuidor diâmetro de 75 a 300 mm passeio cimentado	270
419	Desobstrução distribuidor diâmetro de 75 a 300 mm c/ pav, passeio/rua	240
510	Corte com levantamento de ramal	120
520		120
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 3, SEM CORTE DE PAVIMENTO - ÁGUA		-
245	Transf. ramal predial até 2" p/ outro distrib. pav/paralelo	20
249	Transf. ramal predial até 2" p/ outro distrib. sem pav	20
308	Conserto de rede FºFº até 300 mm no passeio s/ pav.	150
311	Conserto de rede PV até 300 mm na rua s/ pav.	120
316	Substituição parte distr. Mau estado pas. s/ pavimento trecho de 3 metros	180
321	Substituição de haste de registro de manobra	100

322	Colocação de registro manobra até 300mm s/ pav.	120
324	Retirada de registro manobra até 300mm s/ pav.	180
326	Substituição de registro de manobra até 300 mm sem pavimento	230
403	Colocação de ventosa	190
408	Melhoria de operação (interl reg de separação etc) passeio s/ pav.	210
410	Melhoria de operação (interl reg de separação etc) rua s/ pav.	270
412	Sondagens rua / passeio terra até 0,5 m ³	30

414	Sondagem pavimento paralelo trecho de 0,5m ³	60
SERVIÇO COM EQUIPE DE 2, PARA DESOBSTRUÇÃO MANUAL - ESGOTO		-
600	Vazamento de esgoto	30
601	Desobstrução na ligação / esgoto - qualquer Ø s/ abertura	25
703	Desobstrução coletor qualquer Ø manual	300
SERVIÇO COM EQUIPE DE 1, PARA DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA - ESGOTO		-
701	Desobstrução coletor qualquer Ø s/ abertura	85
702	Desobstrução coletor qualquer Ø s/ abertura	85
704	Desobstrução coletor qualquer Ø s/ abertura com lavagem rede sewer-jet	40
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 3, PARA ABERTURA DE VALA COM CORTE DE PAVIMENTO - ESGOTO		-
602	Desobstrução na ligação / esgoto c/ abertura passeio/cimentado	420
606	Desobstrução na ligação / esgoto c/ abertura rua / asfalto	700

SERVIÇOS COM EQUIPE DE 3, PARA ABERTURA DE VALA SEM CORTE DE PAVIMENTO - ESGOTO		-
603	Desobstrução na ligação / esgoto c/ abertura passeio p. portuguesa ou rua s/ pav.	420
604		420
605	Desobstrução na ligação / esgoto c/ abertura rua / paralelo	600
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 4, PARA ABERTURA DE VALA COM CORTE DE PAVIMENTO - ESGOTO		-
706	Desobstrução coletor c/ abertura passeio cimentado	450
710	Desobstrução coletor c/ abertura rua/ asfalto	750
711	Assentamento de coletor de rede esgoto	750
712	Substituição de ramal predial de	750

	esgoto	
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 4, PARA ABERTURA DE VALA SEM CORTE DE PAVIMENTO - ESGOTO		-
707	Desobstrução coletor c/ abertura passeio p. portuguesa ou rua s/ pav.	450
708		450
709	Desobstrução coletor c/ abertura rua paralelo	630
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 1, PARA VISTORIA		-
115	Vistoria do cavalete	10
513	VM	5
514	FR	30
556	Solicitação de vistoria	10
SERVIÇOS COM EQUIPE DE 1, PARA ANÁLISE DE VISTORIA		-
NÃO POSSUI CÓDIGO	Análises solicitadas	60

SERVIÇOS DE LOCALIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDRÁULICOS		-
NÃO POSSUI CÓDIGO	Serviço de Localização de Dispositivos Hidráulicos	240
SERVIÇO DE DETECÇÃO E CORREÇÃO DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS		-
NÃO POSSUI CÓDIGO	Serviço de Detecção e Correção de Vazamentos Não Visíveis	240

4 - DA PROGRAMAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A programação dos serviços diurnos se dará até às 17 horas do dia anterior, por parte dos prepostos da **CEDAE**, devidamente designados pela Fiscalização, para início dos serviços no dia seguinte. Esta programação deverá ser totalmente executada, caso não seja concluída, deverá ser devidamente justificada e referendada pela fiscalização.

4.2 A entrega da programação dos serviços noturnos se dará até às 12 horas do mesmo dia do início dos serviços, por parte dos prepostos da **CEDAE**, devidamente designados pela Fiscalização. Esta programação deverá ser totalmente executada no período noturno, caso não seja concluída, deverá ser devidamente justificada e referendada pela fiscalização.

4.3 É dever da **CONTRATADA** exercer diariamente suas atividades, incluídos sábados, domingos e feriados. Além de estar disponível no período de 24 (vinte quatro) horas diariamente, quando houver serviços noturnos.

5 - CUMPRIMENTO DE SERVIÇOS QUE ADVENHAM DE DEMANDAS JUDICIAIS OU OUTROS ÓRGÃOS

5.1 Todas as vezes que a **CEDAE** determinar que a **CONTRATADA** realize um serviço, que decorra de uma decisão judicial (seja provisória ou definitiva), determinação da AGENERSA, multa de Município, ou outro órgão ou agente com Poder sancionatório em face da **CEDAE**, a **CONTRATADA** deverá executar de acordo com o tempo disponibilizado à Cedae, mesmo que seja menor do que o prazo considerado nas Especificações Técnicas, sob pena de dedução.

6 - DEDUÇÕES A SEREM APLICADAS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO

6.1 A **CEDAE** constou em suas Especificações Técnicas os parâmetros para deduções a título de não cumprimento de metas, prazos, qualidade ou quantidade dos serviços estabelecidos, que irão ser descontadas da fatura, tão logo a **CEDAE** verifique que houve por parte das Contratadas o descumprimento de qualquer das obrigações constantes na lei, regulamentos da **CEDAE**, Termo de Referência, Edital, contrato, normas da AGENERSA, normas dos municípios, etc.

6.2 Cumpre destacar que as referidas deduções são independentes das aplicações de sanções administrativas, conforme consta no Enunciado nº 34 da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE).

6.3 No caso de reincidência do serviço, dentro do conceito abaixo estabelecido, a **CONTRATADA** deverá refazer integralmente o serviço sem custo adicional para a Cedae, já que trará um desgaste à imagem da Companhia e ainda representará a má qualidade do serviço prestado.

7 - CONCEITO DE REINCIDÊNCIA:

7.1 A reincidência do serviço é considerada quando um serviço prestado tem que ser novamente realizado por conta de má execução ou execução fora dos padrões de qualidade necessários para que haja duração de 6 meses de garantia.

7.2 Considera-se ainda reincidência quando o problema, embora não seja no exato trecho onde houve a prestação do serviço, decorra em consequência direta de um problema na realização deste.

7.3 Não é considerada reincidência quando determinado serviço tenha que ser refeito em virtude das características do local, os quais já apresentam certa precariedade, sendo que somente com a realização de obras de substituição, remanejamento, ampliação possam ser definitivamente sanados.

7.4 Também não é considerada reincidência quando o problema seja decorrente da atuação de terceiros, que realize uma ação direta que provoque a necessidade de refazer o serviço.

8 - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 A Contratada deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

I - economia no consumo de água e energia;

II - minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

III - racionalização do uso de matérias-primas;

IV - redução da emissão de poluentes, através de veículos (não-operacionais) movidos à GNV (Gás Natural Veicular);

V- que até 25% dos trabalhadores residam no município ou limítrofe da prestação de serviço.

9 - DAS DEMAIS PENALIDADES E DO FORO

9.1. O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como daquelas estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual.

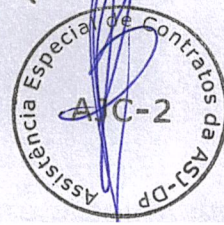
9.2. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.

ANEXO

CONFORME CLÁUSULA 2.2

emissão

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		GRONDIÁRIO FÍSICO-FINANCEIRO - CONTRATO DE MANUTENÇÃO - LOTE I GEN E GRIS - DESONERADO													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E INSUMOS	1.202.055,02	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27	100.171,27
2	CANTIEIRO DE OBRAS	86.276,88	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74	7.189,74
3	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	56.140,36	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23	3.997,23
4	FORNECIMENTO	6.647.180,66	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27	598.601,27
5	ESCAVAÇÃO	1.121.439,08	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
6	LIMPEZA DO TERRENO	1.708,10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7	SUBSTITUIÇÃO DE REDES	1.012.072,55	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
8	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁGUA	7.983.627,07	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11	730.718,11
9	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESGOTO	1.347.568,14	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06	319.439,06
10	LIGAÇÕES DE ÁGUA	334.881,80	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88	11.225,88
11	LIGAÇÕES DE ESGOTO	73.806,16	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24	5.590,24
12	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	2.969.668,54	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62	191.696,62
TOTAL		24.836.424,37	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67	2.328.309,67



INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTALRETIFICAÇÃO
D.O. DE 24/05/2018
PÁGINA 20 - 3ª COLUNA
DESPACHOS DA DIRETORIA
DE 20.03.2018

On-de se Lê: Processo nº E-07/002.114.14/2014 - INDEFERIMENTO do requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome de FORWATER RJ SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS LTDA, com base no Parecer Técnico nº 023/2018/SEORH (fls. 156-157), bem como nos demais elementos dos autos do processo em referência.

Leia-se: Processo nº E-07/002.114.14/2014 - INDEFERIMENTO do requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome de FOXWATER RJ SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS LTDA, com base no Parecer Técnico nº 023/2018/SEORH (fls. 156-157), bem como nos demais elementos dos autos do processo em referência.

Id: 2108841

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F. como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F. LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D. como membros titulares e OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo como membro suplente, Gerente do Contrato MARIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MULTITADO, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.262/2017, Ordem de Serviço E nº 15.102/2018.

Id: 2108845

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F. como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F. LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D. como membros titulares e OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo como membro suplente, Gerente do Contrato MARIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MULTITADO, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.263/2017, Ordem de Serviço E nº 15.101/2018.

Id: 2108834

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018

DESIGNA CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, Agente de Saneamento A, como Presidente, ALEXANDRE JOAQUIM LOURENÇO, Engenheiro B. DIMAS DOS SANTOS CASSIANO, Agente de Saneamento A, como membros titulares e ROBSON DA SILVA, Técnico de

Saneamento II, como membro suplente, Gerente do Contrato KAREN DEBERG REIS WELBERT, Economista C e JOSE AUGUSTO SILVA BASTOS, Agente Administrativo B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à IMPLANTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DA MARINHA DO BRASIL ALMIRANTE ALEXANDRINO, de que trata o Processo nº E-07/100.508/2017, Ordem de Serviço E nº 15.104/2018.

Id: 2108635

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26/04/2018

DESIGNA AURICELI MOLLO GONCALVES KAYSER, Agente Administrativo E, como Presidente, EDUARDO AMIM MOTA LOPES e SERGIO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA, Engenheiros B, como membros titulares e MARIA REGINA DE ORNELAS AZEVEDO, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato DAMIAO BARBOSA, Agente Administrativo E e RODRIGO SANTOS HOSKIN, Advogado, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO À MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS NA ÁREA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) LOTES, de que trata o Processo nº E-17/100.429/2015, Ordem de Serviço E nº 15.119/2018.

Id: 2108650

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 04/05/2018

DESIGNA JOAO BENEDITO LORENZON MELLO, Engenheiro F. como Presidente, THIAGO DE OLIVEIRA SALES POLITO, Analista de Qualidade C e LEONARDO MATTOS DUARTE SILVA, Agente Administrativo E, como membros titulares e SERGIO CLAUDIO COUNAGO MARQUES, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato JOSE ROBERTO DA COSTA DANTAS, Engenheiro F e SERGIO REGO RODRIGUES, Administrador F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVA LAJE DO 2º PAVIMENTO DO PRÉDIO DA GCO-DG, de que trata o Processo E-07/100.741/2017, Ordem de Serviço E nº 15.128/2018.

Id: 2108636

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 21/05/2018

*PROCESSO Nº E-22/001/231/2017 - RATIFICADO por inexistência de licitação, com base no art. 25, no inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no valor total de R\$ 1.013.433 (um mil treze reais e quarenta e três centavos) em favor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, referente à contratação de seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre, nos termos da Autorização da Chefia de Gabinete, autoridade Ordinadora da Despesa.

*Omitido no D.O. de 22/05/2018.

Id: 2108822

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 18/05/2018

*PROCESSO Nº E-22/001/231/2017 - AUTORIZO por inexistência de licitação, com base no art. 25, no inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no valor total de R\$ 1.013.433 (um mil treze reais e quarenta e três centavos) em favor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, referente à contratação de seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre.

*Omitido no D.O. de 21/05/2018.

Id: 2108823

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS
DESPACHO DO GERENTE
DE 23/05/2018

PROCESSO Nº E-22/001/528/2017 - JULCÉIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS Agente Social, ID Funcional nº 2012603-4, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio referente ao período-base de 10.05.2013 a 07.05.2018.

Id: 2108573

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 22.05.2018

APOSENTA ELI D'AVILA, Assistente de Montagem Teatral, Grupo III, Nível "3", Id. funcional 2876256-8, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, Processo nº E-8/005/238/2018.

Id: 2108796

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL
ATOS DO DIRETOR
DE 23.05.2018

DESIGNA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato de prestação de serviços de seguro, celebrado entre FUNARJ e MARTITIMA SEGUROS S/A os servidores: LUIZ DE FRANCA COSTA LIMA NETO, ID 2866398, PHILLIP VILOTE DE OLIVEIRA, ID 50919318 e VINICIUS CALMON SANTOS, ID 50916351.

DESIGNA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, celebrado entre FUNARJ e TELEFAR NORTE LESTE S/A os servidores DAVISON CLAUDIO GOMES DE ARAUJO, ID 44225750 e PHILLIP VILOTE DE OLIVEIRA, ID 50919318.

Id: 2108578

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ouvidoria:

0800 285 9796

De 2ª a 6ª feira, das 7h às 19h

ouvidoria@agetransp.rj.gov.brwww.agetransp.rj.gov.br

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas

www.facebook.com/agetransprjwww.twitter.com/agetransp

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00149043

NOME: Fapasa - Fábrica de Papel LTDA, CNPJ/CPF Nº 03.559.132/0001-19, ENDEREÇO: Estrada Friburgo - Riograndina, km 15, MUNICÍPIO: Nova Friburgo - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 61, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 147.521,70, PROCESSO Nº E-07/002.11680/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00148720

NOME: Carlos Nunes Cordeiro, CNPJ/CPF Nº 009.577.047-04, ENDEREÇO: Fazenda Nova Califórnia, MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 81, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.261,56, PROCESSO Nº E-07/002.4978/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00149053

NOME: Paulo Ney de Castro Menezes Silva, CNPJ/CPF Nº 036.235.137-68, ENDEREÇO: Estrada Engenheiro Pacheco de Carvalho, 750 Lt 15, MUNICÍPIO: Niterói - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 76, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.037,50, PROCESSO Nº E-07/002.3028/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00148973

NOME: Rio Maracanã Posto de Gasolina LTDA, CNPJ/CPF Nº 33.318.783/0001-05, ENDEREÇO: Rua Ribeiro Guimarães, 20, MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 76, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.069,07, PROCESSO Nº E-07/002.1077/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00149024

NOME: Marcelo Silva Ferreira, CNPJ/CPF Nº 006.279.407-81, ENDEREÇO: Estrada Rosa Machado, nº 2528 - Sítio Minerva, MUNICÍPIO: Barra do Pirai - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 81, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.743,75, PROCESSO Nº E-07/002.5548/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00148818

NOME: Gui Mauro do Rosário, CNPJ/CPF Nº 008.295.927-76, ENDEREÇO: Rua das Flores, nº 16, MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 81, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 11.831,12, PROCESSO Nº E-07/002.4917/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00149810

NOME: PAJAM Produtos Alimentícios LTDA, CNPJ/CPF Nº 01.960.351/0001-07, ENDEREÇO: Estrada de Vista Alegre, Km 03 - Zona Rural, MUNICÍPIO: Itacora - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 81, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 58.000,00, PROCESSO Nº E-07/002.11925/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00150032

NOME: Eco Serviços Ambientais e Saúde Pública LTDA - ME, CNPJ/CPF Nº 15.627.440/0002-21, ENDEREÇO: Rua Mozart Bastos Soares, nº 530, Loja B - CEHAB, MUNICÍPIO: Itaperuna, INFRAÇÃO: Artigo 85, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.000,00, PROCESSO Nº E-07/002.12201/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00148927

NOME: Oliveira Imunizações, Conservações, Comércio e Serviços LTDA, CNPJ/CPF Nº 13.708.180/0001-02, ENDEREÇO: Todo o Território do Estado do Rio de Janeiro, MUNICÍPIO: Todos - RJ, INFRAÇÃO: Artigo 87, da Lei Estadual nº 3.467/2000, PENALIDADE: Multa Simples R\$ 156.624,74, PROCESSO Nº E-07/002.2631/2015.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 063/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a AVIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: Aquisição de medidores do tipo multirato, para utilização na rede de micromedida da CEDAE.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 2.867.650,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil seiscientos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.262/2017 (Pregão Eletrônico nº 319/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 062/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a AVIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: Aquisição de medidores do tipo multirato, flangeado, para utilização na rede de micromedida da CEDAE.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 1.158.045,00 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil e quarenta e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.263/2017 (Pregão Eletrônico nº 323/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 060/2018 (DM).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S.A.
OBJETO: Serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divididos em 03 (três) lotes - LOTE I.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 24.836.424,37 (vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.429/2015 (CN nº 002/2016 - ASL-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 067/2018 (DM).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S.A.
OBJETO: Serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divididos em 03 (três) lotes - LOTE I.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 35.422.246,03 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil duzentos e quarenta e seis reais e três centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.429/2015 (CN nº 002/2016 - ASL-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 064/2018 (DG).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CESAR REFORMAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.
OBJETO: Serviços de demolição e construção de nova laje do 2º pavimento do prédio da GCO-DG.
PRAZO: 50 (cinquenta) dias.
VALOR: R\$ 74.424,16 (setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.741/2017 (Tomada de Preços nº 103/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 065/2018 (DT).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ENIMONT - EMPRESA NACIONAL DE INSTALAÇÕES E MONTAGENS LTDA.
OBJETO: Implantação do esgotamento sanitário do Centro de Instrução da Marinha do Brasil Almirante Alexandrino.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 999.989,91 (novecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.508/2017 (Tomada de Preços nº 101/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 068/2018 (DM).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S.A.
OBJETO: Serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divididos em 03 (três) lotes - LOTE III.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 46.098.835,59 (quarenta e seis milhões, noventa e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.429/2015 (CN nº 002/2016 - ASL-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 019/2016 (DI).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS RIOS (SAAETRI).
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 409.682,12 (quatrocentos e nove mil seiscientos e oitenta e dois reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.102/2016. Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016 - DI.
*Omitido no D.O. de 06/04/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DH).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA - SINDPASS.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 149.043,48 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e trêz reais e quarenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 24/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.137/2016. Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016 - DH.
*Omitido no D.O. de 25/04/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LOGÍSTICA

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - IMPRO3/18.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REGISTROS DE GAVETA DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS.
A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a ERRATA 02 encontra-se à disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/registrodeprecos, bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, www.compras.rj.gov.br.

Secretaria de Estado de

Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços e Consultoria.
PARTES: Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e Oportunidades Estudos Sociais Espírito Santo Ltda-ME, OBJETO: Serviços "Especializado de Consultoria em Avaliação de Impactos".
PRAZO: 30 de novembro de 2018. VALOR: R\$ 447.500,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de novembro de 2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-02/001/002480/2016.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Autorização de Uso de Bem Imóvel.
DATA DA ASSINATURA: 10.04.2018. PARTES: EMATER-RIO e o Sr. PAULO PINTO DA SILVA AZEVEDO. OBJETO: Outorga da Autorização de Uso, em caráter exclusivamente precário, de parte do imóvel da EMATER-RIO, denominado Fazenda Experimental de Itavaia, situada no Município de Itavaia/RJ, no dia 12 de agosto de 2018 das 19h às 21h para a realização do IV Campeonato de Som e Rebaxados Beneficente de Itavaia/RJ, sem que tal utilização importe em restrições ao desempenho das atividades rotineiras da EMATER-RIO. FUNDAMENTO: Processo nº E-02/002/059/2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

AVISO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.
OBJETO: Execução das obras de instalações de prevenção e combate a incêndio a serem realizadas na Coasa/RJ - Unidade I - Itajá.
DATA DA ABERTURA: 10/07/2018, às 10:00 horas.
TIPO: MENOR VALOR GLOBAL.
LOCAL: Sala de reuniões - Prédio da Administração - 6º andar - Av. Brasil 19.001 - Itajá - Rio de Janeiro/RJ.
PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 18 (dezoito) meses.
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos mediante a permuta

de uma resma de papel A4, no seguinte endereço: Avenida Brasil, 19.001 - Prédio da Administração, 5º andar sala 509 - Itajá - Rio de Janeiro, no horário das 10:00 horas até as 16:00 horas. telefone (21) 2333-8266.

Id: 2108824

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO torna pública que será realizada a requisição de licitação na modalidade Pregão Eletrônico abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018 R2.

DIA: 12/05/2018 - HORÁRIO: 12:00h.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE).

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Transportes de Valores, na forma do Termo de Referência (Anexo 01) e a Proposta Detalhe (Anexo 02) e partes integrantes do Edital.

PROCESSO Nº E-10/005/303/2017.

O Edital encontra-se disponível, nos endereços eletrônicos www.theatromunicipal.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br, e na Sala da Comissão de Pregão, localizada na Avenida Almirante Barroso, 14/16, 5º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, mediante a permuta por 01 (uma) resma de papel reprográfico, formato A4, 75g/m2, medindo 210mm x 297 mm e da apresentação do carimbo contendo o CNPJ da empresa.

Id: 2108714

Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica.
PARTES: Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e o Município de Petrópolis.

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2018.

OBJETO: Cooperação recíproca para implantação de núcleos CRJ - Centro de Referência da Juventude, no Município de Petrópolis, visando à inclusão social e econômica dos jovens locais por meio da oferta de oportunidade materializada através de cursos de qualificação profissional, atividades esportivas e culturais, bem como pela facilitação do acesso a serviços públicos e privados.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

FUNDAMENTO: Processo nº E-30/001/486/2017. Lei nº 8.668/93.

*Omitido no D.O. de 02/04/2018.

Id: 2108658

Secretaria de Estado de Turismo

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2018.
PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo e a Prefeitura de Itaboraí.
OBJETO: Conjuração de esforços entre os participantes, sem transferência de recursos, visando à difusão e promoção do artesanato fluminense, em consonância com a política de desenvolvimento social, econômico e turístico do Estado do Rio de Janeiro.
PRAZO: 22/05/2018 a 21/05/2019.
FUNDAMENTO: Regido por toda legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
PROCESSO Nº E-05/003/205/2017.
DATA DE ASSINATURA: 22/05/2018.

Id: 2108791

Procuradoria Geral do Estado

EDITAL

3º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PAIS/PGS, nos termos da Resolução PGE nº 4.194, de 04.04.2018, faz saber aos interessados que, considerando notícia amplamente divulgada nos meios de comunicação sobre a falta de combustível com a consequente paralisação dos meios de transporte aquaviário, ferroviário e rodoviário nos próximos dias 26 e 27.05.2018, a Prova Objetiva de Múltipla Escolha do 3º Exame de Seleção de Candidatos ao Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado - PAIS/PGS não mais ocorrerá no próximo dia 26 de maio de 2018. A nova data para sua aplicação será oportunamente divulgada.

Em consequência, fica sem efeito o Edital publicado no DOERJ-I de 22.05.2018.

Id: 2108916

Denúncias,
Dúvidas ou
Informações

Disque Idoso
23 34-5500

PERTO DE VOZ